

O que é “Teonomia”?

Greg L. Bahnsen

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

O dr. Van Til ensinou que “não existe alternativa, exceto aquela da teonomia ou autonomia” (*Christian-Theistic Ethics*, p. 134). Toda decisão ética assume alguma autoridade ou padrão final, e essa será a lei própria (“autonomia”) ou a lei de Deus (“teonomia”). Embora os incrédulos considerem a si mesmos a autoridade última em determinar o que é o certo e errado moralmente, os crentes reconhecem que somente Deus tem essa posição e prerrogativa.

A posição que veio a ser rotulada de “teonomia” hoje sustenta que a palavra do Senhor é o único, supremo e imutável padrão para todas as ações e atitudes de todos os homens em todas as áreas da vida. Nossa obrigação de guardar os mandamentos de Deus não pode ser julgada por nenhum padrão extra-bíblico, tais como se as exigências específicas (quando propriamente interpretadas) são adequadas somente às tradições passadas ou aos sentimentos e práticas modernos também.

Jesus Meu Salvador

Quando qualquer de nós vem a Cristo para salvação, é com um senso do nosso pecado e miséria diante de Deus. Nossa própria necessidade do Salvador procede de uma convicção do pecado, produzida em nossos corações pelo Espírito Santo ao nos mostrar nossa culpa em violar os mandamentos de Deus. Como Paulo escreveu, “eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei” (Rm. 7:7). A lei define o que é o pecado (1 João 3:4). Como tal, a lei não pode ser nosso veículo pessoal para ganhar favor com Deus. Antes, ela mira para Cristo como nossa única justiça, nos instruindo que a justificação deve ser pela fé nele (Rm. 10:4; Gl. 3:24).

Assim, a teonomia ensina que desde a queda tem sido sempre ilegítimo usar a lei de Deus na esperança de estabelecer o mérito pessoal e a justificação de alguém, em contraste ou complemento à salvação por meio da promessa e fé. Como Paulo disse, foi “por intermédio da lei” que ele aprendeu a “morrer para lei” como um caminho de auto-salvação (Gl. 2:9). O comprometimento à obediência é apenas um estilo de vida da fé, um sinal de gratidão à graça redentora de Deus. “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé... não de obras... Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em Novembro de 2006.

quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef. 2:8-10).

Em *What is Faith?*, J. Gresham Machen argumenta que “uma nova e mais poderosa proclamação da lei é talvez a necessidade mais premente do momento... Uma visão baixa da lei sempre traz o legalismo para a religião; uma visão alta da lei faz do homem alguém que busca a graça. Oremos a Deus para que a visão alta da lei possa prevalecer novamente” (pp. 141-142).

Jesus Meu Senhor

Após vir a Cristo em fé e arrependimento, todos nós naturalmente perguntamos como um cristão deve viver. A. A. Hodge responde: “Embora Cristo tenha cumprido a lei *para nós*, o Espírito Santo cumpre a lei *em nós*, ao nos santificar em completa conformidade a ela” (*The Confession of Faith*, p. 251). Paulo escreveu em Romanos 8:4-9 que os homens não regenerados são inimigos de Deus, que não podem se submeter à sua lei, mas aqueles que andam pelo Espírito Santo se sujeitam a essa lei. O próprio Paulo endossa que deveríamos “no tocante ao homem interior, ter prazer na lei de Deus” (Rm. 7:22).

O cristão confessa que Jesus é o Senhor, olhando assim para as diretrizes de Jesus a fim de guiar sua vida. Jesus disse “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” (João 14:15). Além do mais, aspiramos ensinar outros a observar tudo o que ele nos ordenou (Mt. 28:18-20). Tais padrões morais saudáveis e necessários certamente não são um fardo para o crente que se curva diante de Cristo como Senhor (1 João 5:3).

Demais, como nosso Senhor Jesus nos ensina, o homem deve viver de toda a palavra que procede da boca de Deus (Mt. 4:4). Não temos o direito de editar os mandamentos de Deus para nós mesmos, decidindo seguir aqueles que concordam com nossas idéias pré-concebidas e rejeitando as outras. Tiago ensina que não devemos nos tornar “juizes da lei”, mas antes praticantes da lei (4:11-12); quebrar até mesmo um ponto dela é ser culpado de quebrar toda ela (2:10). O todo da lei é o nosso dever, exceto onde o Legislador e Senhor revela de outra forma. Deus nos proíbe de diminuir seus mandamentos sobre nossa própria autoridade (Dt. 4:2). “Toda a Escritura” (mesmo o Antigo Testamento) é proveitosa, disse Paulo, para “o ensino na justiça”, de forma que possamos estar perfeitamente habilitados para toda boa obra (2Tm. 3:16-17).

Dessa forma, a teonomia vê as leis de Deus dirigindo o comportamento moral para ser um reflexo de seu caráter imutável; tais leis não são arbitrárias, mas objetiva, universal e absolutamente obrigatórias. É lei de Deus que “sede santos, porque eu sou santo” (1 Pedro 1:16, citando Levítico). A lei não pode ser criticada ou desafiada por nós. Ela é “santa, justa e boa” (Rm. 7:12). Essa lei moral foi revelada

a Israel em oráculos e ordenanças, mas até mesmo os gentios mostram a obra da lei em seus corações e conhecem suas ordenanças a partir da ordem natural e consciência interior (Rm. 1:32; 2:14-15). Quem, então, está debaixo da autoridade da lei de Deus? Paulo responde: “todo o mundo” (Rm. 3:19).

Teologia do Pacto

A lei revelada por Moisés e pelos subseqüentes escritores do Antigo Testamento foi dada dentro de uma administração pactual da graça de Deus que incluía não somente instrução moral, mas gloriosa e misericordiosamente “promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir” (*Confissão de Fé de Westminster* VII.5). A própria revelação de Deus nos ensina que os crentes da Nova Aliança, que têm a lei poderosamente escrita em seus corações (Jr. 31:31ss.; Hb. 8:8-12), não mais seguem as sombras e detalhes administrativos da antiga aliança. Eles são obsoletos (Hb. 8:13), tendo sido impostos somente até o tempo quando o Messias viria (Hb. 9:10; Cl. 2:17). Assim, por exemplo, sobre a base da própria instrução de Deus, não mais utilizamos sacrifícios de animais no templo e um sacerdote levita (Hb. 7-10); as leis dietéticas foram postas de lado, pois Deus purificou os alimentos impuros (representando os gentios) dos quais Israel deveria ser separado ou santificado (Atos 10).

Então, a teonomia ensina que, com respeito à lei do Antigo Testamento, a Nova Aliança sobrepuja a Antiga Aliança em glória, poder e finalidade. A Nova Aliança também substitui as sombras da Antiga, mudança assim a aplicação dos princípios de sacrifício, pureza e “separação”, redefinindo o povo de Deus (e.g., Mt. 21:43), e também alterando a importância da terra prometida (e.g., Rm. 4:13; 1 Pedro 1:4).

O que é crucial que se observe aqui é que a ética teonômica chega a essas conclusões sobre a base da instrução bíblica. Os homens não têm nenhum direito de alterar ou desprezar as leis do Antigo Testamento por causa de suas arbitrariedades, tradições sociais ou idéias preconcebidas sobre o que é moralmente apropriado ou inapropriado na lei mosaica. Eles não têm nenhum direito de aumentar a descontinuidade entre o antigo e novo pacto do que pode ser garantido a partir da revelação divina.

Assim, a teonomia ensina que deveríamos presumir que as leis do Antigo Testamento continuam a ser moralmente obrigatórias no Novo Testamento, a menos que tenham sido anuladas ou modificadas por revelação posterior. A metodologia da teonomia é absolutamente contrária àquela da teologia dispensacionalista, que mantém que tudo dos mandamentos do Antigo Testamento deveria ser considerado – sem nenhuma exegese – como ab-rogado, a menos que os mesmos sejam repetidos no Novo Testamento.

Sobre essa questão, as palavras do nosso Salvador são definitivas e claras em Mateus 5:17-19. Jesus declarou que ele não veio ab-rogar a lei do Antigo Testamento e os Profetas, mas dar-lhes sua medida completa. John Murray escreveu que o “cumprimento” de Jesus da lei “refere-se à função da validação e confirmação da lei e os profetas” (*Principles of Conduct*, p. 150). Com respeito aos padrões morais do Antigo Testamento, Jesus continuou para insistir que até o final do cosmos físico, nem uma vírgula da lei passaria. “Qualquer, pois, que violar um destes menores mandamentos e assim ensinar aos homens será chamado o menor no Reino dos céus” (Mateus 5:19, RC). Jesus confirmou a validade da lei, *mesmo dos seus menores mandamentos*, e censurou qualquer um que ousar ensinar de outra forma (sem a autorização do próprio Legislador). Os cristãos do Novo Testamento devem agir sobre a pressuposição da continuidade com o código moral do Antigo Testamento.

Rei dos Reis

Essa continuidade geral que pressupomos com respeito aos padrões morais do Antigo Testamento se aplica à ética política. John Murray chamou de erro fatal “imaginar que a revelação cristã, a Bíblia, não chega à autoridade civil com uma demanda por obediência às suas direções e preceitos de uma forma tão rigorosa e inescapável como quando diz respeito ao indivíduo, família e igreja”.

Em adição a ser o Cabeça da igreja, Cristo foi feito Rei sobre todos os reis terrenos (1Tm. 6:15), o “Soberano dos reis da terra” (Ap. 1:5); a ele, por direito, devemos nossa lealdade e obediência. Ele foi investido com toda autoridade no céu e na terra (Mt. 28:18), e deve ser nossa oração que a vontade de Deus seja feita na terra assim como é perfeitamente feita no céu (Mt. 6:10). Jeová estabeleceu seu Filho como Rei sobre seu santo monte, e assim os reis e juizes da terra devem se submeter reverentemente a ele e servir ao Senhor (Sl. 2:6-12).

Assim, a teonomia ensina que os governadores civis são moralmente obrigados a reforçar aquelas leis de Cristo, encontradas por toda a Escritura, que estão dirigidas aos magistrados (bem com *refrear-se* de coerção nas áreas onde Deus não prescreveu a intervenção deles). Como Paulo escreveu em Romanos 13:1-10, os magistrados – mesmo os governadores seculares de Roma – são obrigados a conduzir seus ofícios como “ministros de Deus”, vingando a *ira de Deus* (compare 13:4 com 12:19) contra os criminosos. Eles prestarão conta no Último Dia do seu serviço diante do Rei dos reis, o Criador e Juiz deles. O envolvimento cristão na política requer o reconhecimento da lei transcendente, absoluta e revelada de Deus como um padrão pelo qual julgar todos os códigos sociais e posições políticas. O teólogo escocês, William Symington, disse muito bem: “É o dever das nações, como subordinadas de Cristo, tomar sua lei como regra delas. Elas são propensas a pensar que tomam como seu padrão de legislação e administração a razão humana, a consciência natural, a opinião pública ou a conveniência

política. Nenhuma dessas, contudo, e de fato nem todas as elas juntas, podem fornecer um guia suficiente nas questões do Estado” (*Messiah the Prince*, p. 234).

O Apóstolo Paulo afirmou que um dos usos da lei do Antigo Testamento que conhecemos ser bom é a restrição do comportamento criminoso (1Tm. 1:8-10). Jesus endossou as sanções penais da lei do Antigo Testamento, condenando aqueles que invalidavam a mesma com suas tradições humanas (Mt. 15:3-4). Paulo, da mesma forma, confirmou os padrões penais da lei judicial mosaica (Atos 25:11). O autor de Hebreus nos deixa sem dúvida quanto à perspectiva inspirada do Novo Testamento sobre as penalidades mosaicas, dizendo “toda transgressão ou desobediência recebeu justo castigo” (2:2). Deus exige que os juízes não punam duro demais nem lenientemente demais, mas que designem uma penalidade proporcional ao crime (cf. “olho por olho...”). Para que exerçam uma justiça genuína em suas punições, os magistrados precisam da direção da lei de Deus. Ao observar a lei que Deus revelou a Israel, todas as nações deveriam responder “que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?” (Dt. 4:8).

Embora Israel como um corpo político tenha expirado – e juntamente com ele sua lei judicial como uma constituição – a *equidade geral* daquelas leis judiciais *ainda é requerida* (Confissão de Westminster XIX.4). Similarmente, quando uma biblioteca pública fecha (e seu cartão da biblioteca expira), a verdade do que estava escrito em seus livros não é abolida ou mudada. Os códigos políticos hoje deveriam incorporar as exigências morais que estavam culturalmente ilustradas nas leis judiciais do Antigo Testamento dadas por Deus a Israel. George Gillespie, amplamente reconhecido como a maior autoridade em teologia na Assembléia de Westminster, escreveu: “a vontade de Deus concernente à justiça e punições civis não é em nenhum lugar tão plena e claramente revelada como na lei judicial de Moisés... aquele que merecia a morte sob a lei judicial ainda merece hoje” (“*Wholesome Severity Reconciled...*” 1645).

Aqueles que não favorecem tomar a lei de Deus como o padrão último para a moralidade civil e justiça pública serão forçados a substituí-la por algum outro critério. O magistrado civil não pode funcionar sem algum padrão de bem e mal. Se esse padrão não é a lei revelada de Deus, então de alguma forma ou expressão terá que ser uma lei de homens – o padrão da lei-própria ou autonomia. Os homens devem escolher em seus negócios civis serem governados pela lei de Deus (teonomia), serem governados por tiranos, ou aquiescer à crescente degeneração social.

Fonte: <http://www.cmfnow.com/articles/pe180.htm>